A PSICOPEDAGOGIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

JONNY MENDES DE ARAÚJO

RESUMO
Este artigo visa explorar reflexões sobre a instrução singular, a educação abrangente e as variadas limitações. A estrutura educacional combinada emerge como uma alternativa inovadora em contraste com a antiquada e exclusivamente acadêmica, caracterizando-se por sua receptividade e acolhimento sem distinções de gênero, idade, origem socioeconômica, status financeiro, grupo étnico, segregando os alunos com exigências especiais de aprendizado nas aulas padrão, os quais frequentemente eram marginalizados ou expulsos das instituições convencionais. O propósito primordial deste trabalho de conclusão de curso é analisar, em primeiro lugar, as diretrizes educacionais dos governos anteriores em relação à educação específica e sua transição - atraso rumo à escola inclusiva e a maneira como tem sido delineada a educação integrativa e a escola abrangente em nossa nação. Em um segundo momento, almejamos evidenciar a mudança na política educacional em direção à antiga concepção de instrução especial em detrimento dos grupos excluídos e da camada social mais frágil, apesar de manifestações governamentais sobre integração econômica, política, social, cultural e educacional. Para concluir, propomos, num terceiro instante, uma nova abordagem para a escola abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Inclusivo, Fusão, Estratégia Educativa, Critérios de Entrada, Incapacidade.

INTRODUÇÃO

Com base na Legislação Nacional sobre Ensino Especial da Educação Integrada no Brasil (Brasil, 2008, p. 15), os alunos do Ensino Especial abrangem "[...] estudantes com incapacidades, desordens abrangentes de desenvolvimento e talentos/brilhantismo elevados". Além disso, a assistência se estende a situações envolvendo alunos com dificuldades de leitura ou falta de concentração.

A Educação Especial foi estabelecida no Brasil com a criação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos em 1854. Conforme Fialho (1978), o instituto foi concebido por José Alvarez de Azevedo, o primeiro educador cego do Brasil, com o respaldo do Imperador Dom Pedro II sob a mediação do médico José Francisco Xavier Sigaud, que era o pai de Adélia Sigaud, aluna de Alvarez de Azevedo. Impressionado com as conquistas de Adélia através da adoção do sistema Braille, o médico facilitou um encontro entre o professor e o Imperador. Segundo Kassar (2011), apesar das primeiras iniciativas inclusivas no Brasil, somente nas últimas décadas a batalha pela educação universal ganhou força, partindo do princípio de que o Instituto Nacional dos Jovens Cegos atendia a uma porção limitada da população e as abordagens inclusivas diferiam das estipuladas na legislação atual do país.

A luta por uma sociedade justa, por um mundo onde todos possam desfrutar da liberdade de expressão e crença, vivendo sem medo ou privações, baseado no reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos e na igualdade de direitos fundamentais, deu origem à criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento representa um movimento global do qual o Brasil faz parte.

Discutir a educação inclusiva implica em transformar uma sociedade excludente, promovendo a participação de todos os segmentos sem distinção de status econômico, sociocultural, étnico, de gênero ou político. Para construir essa nova sociedade, é fundamental o envolvimento de cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação, que pode ser uma ferramenta para promover a igualdade e justiça social, não apenas no sistema educacional, mas também na comunidade em geral. (FACION, 2008, p. 55).

No entanto, a educação tem sido afetada por mudanças na política econômica, com cortes no orçamento e a promoção da "pretensa equidade", oferecendo bolsas de estudo

para alunos "talentosos" de origens menos privilegiadas, enquanto os recursos para o Ministério da Educação Pública e universidades públicas são reduzidos. O crescimento do setor privado é favorecido em todos os níveis, enquanto o acesso de jovens ao ensino superior é limitado por exames de admissão, excluindo os menos favorecidos da escola pública.

Essas políticas, ao mesmo tempo em que oferecem bolsas, perpetuam a discriminação social e a exclusão de grupos marginalizados. As políticas educacionais para meninos e meninas com necessidades especiais estão em constante evolução, passando de uma escola integrada para um esboço incipiente de uma escola inclusiva. Porém, ao mesmo tempo, são impostas classificações pela Subsecretaria de Educação Básica, definindo as deficiências, o que pode levar à segregação e minar a dignidade das pessoas. Assim, a escola inclusiva representa uma inovação e uma abertura democrática para acolher membros de todas as camadas sociais.

OS GRUPOS VULNERÁVEIS

Uma marca de uma sociedade que acolhe a todos é a garantia de que as escolas estejam abertas a todos os indivíduos que desejem participar, oferecendo a todos um espaço e acesso a uma educação de excelência. É importante que todos permaneçam no sistema educacional, participem plenamente das atividades e interajam com a comunidade educativa e a sociedade em geral.

Superar desigualdades, remover barreiras à aprendizagem, lidar com a diversidade e atender às necessidades de todos os alunos são desafios complexos, especialmente quando insistimos em categorizar, isolar, diferenciar ou marginalizar. Uma escola inclusiva não surge instantaneamente; é o resultado de um longo processo que evoluiu desde a concepção de educação especial até a ideia contemporânea de uma escola que acolhe a todos.

Para alcançar uma escola inclusiva, é essencial construir uma sociedade que acolha a diversidade, reconhecendo nossas diferenças, talentos, habilidades, conhecimento e ignorância. Uma sociedade verdadeiramente democrática não apenas de nome, mas na prática, deve garantir que todos os seus membros se sintam igualmente capacitados para participar ativamente em todos os aspectos da vida, incluindo o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e moradia, independentemente de condição social, gênero, idade, crenças ou origem étnica.

Rosseto (2005, p. 42) destaca que:

> A inclusão não é apenas uma simples mudança de alunos de uma escola especial para uma regular, ou de professores especializados para professores regulares. É um programa de longo prazo que impulsiona a reorganização da escola, tornando-a diversificada para maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.
>
> Uma sociedade inclusiva acolhe todos os membros, independentemente de sua origem social, sem discriminação, exclusão ou limitações ao desenvolvimento pessoal e coletivo. É crucial que todos tenham seu lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados dos espaços onde a vida comunitária se desenrola. A escola desempenha um papel central na transformação da sociedade, da reprodução para a produção com equidade e justiça, sendo o centro em torno do qual a política de inclusão social deve girar.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O processo educacional nas escolas envolve o cultivo da cidadania, que pressupõe a participação ativa dos indivíduos em questões que afetam suas comunidades, sejam elas familiares, profissionais, sociais ou de poder. Essa participação implica em solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, de modo que a responsabilidade pela educação não recaia apenas sobre os professores, mas também sobre os próprios alunos, autoridades, pais e figuras civis. Assim, a educação inclusiva implica na responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e no apoio às crianças com necessidades educacionais específicas, sem categorizá-las com deficiências físicas, visuais,

auditivas, entre outras.
A habilidade de acolher colegas com essas características é um dos objetivos da educação, visando integrar não apenas aqueles com necessidades educacionais especiais, mas também aqueles que enfrentam dificuldades em frequentar a escola, superando a mera tolerância para promover uma atitude ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades educacionais e extracurriculares por parte dos professores e colegas. Dessa forma, é fomentada uma cultura de convivência e apoio mútuo, em contraste com uma mentalidade puramente competitiva.
Em uma sociedade capitalista, guiada por políticas neoliberais que valorizam a competitividade como chave para o sucesso e conforto, torna-se mais desafiador alcançar a utopia de uma escola realmente igualitária e justa. No entanto, foram as utopias que moldaram sociedades no curso da história, e a crença de que "a educação contribui para a coesão social ao promover a convivência e oferecer oportunidades de integração na vida produtiva, desenvolvimento cultural e participação nas instituições sociais" é a base para construir uma utopia que possa impulsionar uma transformação profunda na sociedade em termos de valores e atitudes em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas.
Uma abordagem educacional inclusiva reflete, portanto, os princípios de uma sociedade democrática, igualitária e acolhedora. A mudança política em direção a uma democracia global deve permear a esfera educacional - tanto coletiva quanto individualmente - para promover uma sociedade mais cooperativa e solidária. Esta abordagem educacional não foi priorizada por especialistas do passado, que não exploraram questões relacionadas à educação especial, políticas de integração ou educação inclusiva.
A inclusão no âmbito educacional demanda não apenas uma visão nacional, mas também internacional, como diretriz política para os países membros das Nações Unidas. Portanto, é crucial reconhecer que, para a UNESCO (1990):

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É imprescindível a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por motivos diversos são excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A política educativa direcionada às crianças com exigências educativas singulares em todos os territórios não manteve uma uniformidade ao longo dos tempos: partindo de uma abordagem segregacionista e separatista que propunha a criação de espaços especiais para crianças com certas carências, até a ideia da escola integradora, sem considerar devidamente o que significa integração escolar, como poderia ser implementada e que ajustes curriculares seriam necessários para alcançá-la, bem como que tipo de orientação deveria ser oferecida aos educadores em formação e em serviço; não se pensou também na disponibilização de auxiliares para apoiar o ensino em sala de aula quando lidando com alunos com essas particularidades.
Atualmente, as mudanças democráticas devem atravessar o espaço escolar, a fim de moldar os futuros cidadãos sob uma visão de sociedade renovada. A democracia na área educacional começa com o acesso à escola, garantindo que nenhum indivíduo fique excluído e que todos - crianças, adolescentes, adultos, homens e mulheres, com ou sem deficiência - tenham suas demandas básicas de aprendizado atendidas.
Essa concepção vai além da simples ampliação dos serviços educacionais, considerando os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais dos alunos, visando fomentar a aquisição de habilidades que facilitem a aprendizagem, melhorem a qualidade de vida e promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural, resultando em um aprimoramento das habilidades profissionais e da qualidade de vida.
Não se trata apenas de dominar as habilidades básicas de leitura, escrita, comunicação oral, cálculo e resolução de problemas como metas finais da educação, mas sim de utilizá-las como alicerces para um progresso hu-

mano mais substancial, por meio de conteúdos fundamentais, conhecimentos teóricos, valores práticos e atitudes necessárias para a sobrevivência, pleno desenvolvimento das capacidades, vida digna, participação ativa no desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, tomada de decisões informadas e contínua aprendizagem.
Uma democracia educacional concebida de tal forma seria insuficiente para abraçar uma série de cidadãos frequentemente marginalizados do sistema educacional, incluindo aqueles com deficiências de qualquer natureza - alguns mais prejudicados do que outros, mas segregados ou, pior ainda, alvo de discriminação por parte da sociedade, escola e cidadãos.
Portanto, a democracia sem uma remodelação escolar é incompleta; e essa, sem alterações sociais, é uma utopia vazia. A política educacional no Brasil tem sido marcada por sua inconsistência em relação a esse grupo da população. Desde a negligência total da educação especial até a abordagem da escola integrada e a proposta moderada de uma escola inclusiva.

A ANTIGA FORMA DE ENSINO

A instituição escolar passou por diversas fases e papéis ao longo do tempo, indo desde o ensino exclusivo para a elite, educando os filhos das classes privilegiadas, até se tornar uma ferramenta para treinar trabalhadores e evitar o ócio e a criminalidade juvenil, além de um meio de preparar futuros profissionais. Assim surgiu a escola pública. Por outro lado, historicamente a Igreja Católica tem formado membros dedicados a ajudar crianças desfavorecidas através da educação, visando formar bons seguidores da fé e, consequentemente, bons membros da sociedade.

Durante quase trezentos anos, o governo brasileiro não tomou medidas significativas para educar a população e somente a partir da terceira década do século XIX é que se iniciou um esforço nesse sentido. Entre 1834 e 1934, no Brasil, houve um lento, porém constante, aumento do acesso à educação básica pública nas redes estaduais e municipais (LEÃO, 2005, p.2).

Hoje em dia, não todas as instituições acolhem crianças desfavorecidas em suas salas de aula, e muito menos podemos afirmar que são inclusivas; são mais bem descritas como elitistas, dadas as altas mensalidades. Portanto, a escola privada tradicional não promove a inclusão.
Historicamente, a escola pública foi considerada tradicional, não apenas por seus métodos de ensino, mas também por seu objetivo de formar cidadãos exemplares. Assim, todo cidadão, menino ou menina, tem o direito de receber educação nas escolas públicas, independentemente de sua origem social, religião, raça ou condição física. Na prática, isso resultou na exclusão do "diferente" e do "anormal", sem considerar a possibilidade de incluir meninos e meninas com deficiências entre os grupos considerados "normais". Era uma manifestação de intolerância e rejeição à diversidade. Esse comportamento era considerado natural, pois a escola tinha como objetivo formar cidadãos saudáveis, produtivos e íntegros.

A CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL DE DEFICIÊNCIAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para entender a transição da escola tradicional para a escola inclusiva, é relevante analisar a concepção tradicional de deficiência, que justificava a segregação das escolas "normais" e a existência de instituições educacionais especiais.

[...] Uma das diferenças fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas está na maneira como encaram as diferenças na constituição biológica das pessoas. Quando vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica resulta na exclusão das pessoas de atividades que sua condição dificulta. A exclusão é justificada, inicialmente, com a espera de avanços científicos que possam corrigir biologicamente a anomalia. Porém, enquanto essa correção não ocorre, as barreiras aumentam, uma vez que a exclusão em si cria outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, num ciclo contínuo. Assim, a deficiência é gerada. (TUNES, 2003, p. 9)

Atualmente, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde, deficiência é entendida como:

[...] A perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que pode ser temporária ou permanente. Deficiência abrange a presença ou surgimento de uma anormalidade, defeito ou perda em um membro, órgão, tecido ou qualquer outra parte do corpo, incluindo sistemas de função mental.

Na pedagogia contemporânea, o termo deficiência foi substituído por incapacidade, que é definida como:

[...] Qualquer limitação ou impedimento à capacidade de realizar uma atividade de forma ou dentro dos limites considerados normais para os seres humanos. A incapacidade se manifesta como excessos ou insuficiências no desempenho de uma atividade rotineira, que pode ser temporária ou permanente, reversível ou como resultado direto da deficiência ou como resposta do indivíduo, especialmente psicologicamente, a deficiências físicas, sensoriais ou outras.

Isso levou ao desenvolvimento de classificações mais específicas para diferentes formas de incapacidade, como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (citada pela Associação Pós-Polio), que busca categorizar de forma abrangente e detalhada.
A incapacidade impacta diversas habilidades e, por conseguinte, podem ser categorizadas da seguinte forma:
Limitação física. Este é o agrupamento que exibe as modificações mais comuns, que resultam de poliomielite, dano à medula espinhal (paraplégico ou tetraplégico) e cirurgias de amputação.
Deficiência perceptiva. Engloba indivíduos com deficiências visuais, auditivas e aqueles com desafios na comunicação e expressão linguística.
Desvantagem cognitiva. É identificada por uma redução nas funções cerebrais superiores (capacidade intelectual, linguagem, aprendizado, entre outras), além das funções motoras. Este tipo de incapacidade inclui diversas condições e desordens, tais como atraso mental, síndrome de Down e paralisia cerebral.
Desordem mental. Os afetados enfrentam problemas neurológicos e cerebrais.
A partir dessas análises, surgiu o que foi denominado de Educação Especial, para atender crianças e adultos que apresentam algumas destas limitações ou, na nomenclatura atual, habilidades diversas.
As descrições das exigências educacionais especiais são as seguintes:
CAPACIDADES NOTÁVEIS:
Conjunto de atributos que permitem aos estudantes se destacarem de forma significativa do grupo sociocultural ao qual pertencem em uma ou mais das seguintes áreas de atividade humana: científico-tecnológica, humanístico social, artística e/ou motora. Esses alunos, devido às suas necessidades específicas, demandam um ambiente facilitador que os auxilie a desenvolver suas habilidades e atender suas necessidades e interesses para o próprio benefício e da sociedade.
No Brasil, há escassas instituições que lidam com esse tipo de exigências educacionais especiais, e poucas escolas contam com docentes capacitados para identificar esse tipo de aluno. Por esta razão simples, é desafiador não apenas reconhecer precocemente essas crianças, mas também prover-lhes uma educação adequada, o que requer um currículo flexível e adaptado às suas necessidades e aptidões.
AUTISMO
Uma condição de desenvolvimento abrangente que se manifesta nas interações sociais (mudanças nas expressões não verbais: gestos faciais, olhar, dificuldade em se conectar com seus pares, falta de comportamentos espontâneos, gestos apontando, demonstrar interesse em algo, etc.), na comunicação (atraso ou ausência de desenvolvimento da fala, alunos com fala adequada podem ter dificuldades em iniciar ou manter uma conversa, uso padronizado ou repetitivo da fala), e em comportamentos desajustados (foco excessivo em um interesse específico, adesão rígida a rotinas específicas sem função, movimentos motores repetiti-

vos: bater as mãos, torcer os dedos, etc.).
Esses casos são ainda mais desafiadores de identificar, pois nem os pais nem os educadores estão equipados para reconhecer os padrões de comportamento indicativos a tempo e encaminhá-los para atenção especializada. Por outro lado, embora anomalias no desenvolvimento da criança sejam percebidas, muitas vezes se acredita que sejam atribuíveis à idade e à medida que envelhece, ela supera as dificuldades ou anomalias comportamentais em relação ao que é considerado padrão.

SURDEZ

Corresponde à perda auditiva que requer um estímulo sonoro superior a 70 decibéis para ser ouvido [...] Alunos surdos preferem o canal visual para se comunicar, e é essencial ensinar-lhes um sistema de comunicação eficiente (como língua de sinais, linguagem oral ou outros). Esta condição não influencia a capacidade intelectual da pessoa.

AUDIÇÃO

Refere-se à perda auditiva, de leve a moderada, que requer um estímulo sonoro de até 70 decibéis para ser percebido, ou à perda auditiva em um dos ouvidos que permite ouvir algo como o choro de um bebê ou o latido de um cachorro. A utilização de aparelhos auditivos é benéfica. Esta condição não impacta o desempenho intelectual da pessoa.
Apesar de tais limitações auditivas não afetarem diretamente o desenvolvimento intelectual saudável, é crucial identificá-las precocemente, pois se as crianças não têm uma audição adequada, enfrentarão dificuldades no aprendizado da linguagem, o que resulta em desafios educacionais mais amplos. Portanto, a detecção oportuna desses casos e a orientação para especialistas exigem atenção especial dos pais e educadores.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Caracterizada por limitações substanciais no funcionamento intelectual e na adaptação comportamental, refletida em habilidades adaptativas conceituais (como linguagem, leitura e escrita, e auto-orientação, entre outras), sociais (interpessoal, responsabilidade, autoestima e conformidade com regras etc.) e práticas, como atividades do cotidiano, gestão financeira ou habilidades profissionais.
Podem ser crianças com ritmo de aprendizado mais lento, déficits de atenção agudos, problemas hiperativos, dislexia e/ou comportamentais.

LIMITAÇÃO FÍSICA

Enfrenta desafios na coordenação do movimento e da postura, afetando grupos musculares em diversos graus (leve, moderado e severo). A utilização de modificações estruturais e dispositivos de assistência como cadeiras de mobilidade, bengalas e ajudas para caminhar auxiliam na independência e interação do indivíduo com seu entorno. Essa situação não prejudica as capacidades intelectuais da pessoa.
Aqueles com obstáculos mais graves podem encontrar dificuldades no processo de aprendizagem, especialmente devido à falta de concentração durante as aulas ou na realização das tarefas domésticas. No entanto, são indivíduos cognitivamente competentes e capazes de construir conhecimento, desde que recebam apoio emocional, físico e moral dos pais, educadores e colegas.

MÚLTIPLAS CARMÚLTIPLAS DIFICULDADES

Ocorre quando uma pessoa enfrenta mais de uma limitação física, sensorial e/ou intelectual (por exemplo: indivíduos surdocegos, com deficiência motora e intelectual, ou deficiência auditiva e motora, entre outros). Nesses casos, é necessário suporte abrangente em diversas áreas de habilidades adaptativas e desenvolvimento.
Essas situações são particularmente desafiadoras e demandam instituições especializadas para seu desenvolvimento, já que geralmente professores e escolas não estão preparados para lidar com essas particularidades. Portanto, políticas educacionais que garantam atenção adequada a esses casos são essenciais.

BAIXA PERCEPÇÃO VISUAL

Caracteriza-se por uma limitação visual que, mesmo com correções convencionais (como lentes ou óculos), dificulta o planejamento e execução de tarefas visuais, mas pode ser melhorada com o uso de dispositivos ópticos e não ópticos, além de adaptações no ambiente, dispositivos ou técnicas. Algumas ajudas incluem lupas, contrastes de cores, binóculos, ampliadores de tela e livros com fontes maiores. Em alguns casos, a baixa vi-

são pode progredir para cegueira. Essa condição não impacta a capacidade intelectual da pessoa.
Usuários de óculos comuns podem não se enquadrar nessa categoria.
CEGUEIRA
Refere-se à ausência total ou parcial da visão. Geralmente é uma condição permanente e não afeta as habilidades intelectuais da pessoa.
Nesses cenários, questões psicológicas desempenham um papel crucial no aprendizado de indivíduos com essas limitações. O respeito mútuo entre colegas e professores é fundamental para promover confiança e um ambiente acolhedor e inclusivo, em vez de apenas tolerância. A colaboração e o apoio mútuo são essenciais nessas situações. Além disso, essas áreas contam com amplo suporte da sociedade e da tecnologia moderna, incluindo livros em braille, computadores adaptados, telefones especiais e gravadores. O aspecto emocional, tanto em casa quanto na escola, é fundamental.
Na maioria dos casos, as instituições educacionais devem ser capazes de acolher crianças com necessidades especiais, exceto em situações extremas. No entanto, é importante manter um equilíbrio adequado entre alunos com necessidades educacionais especiais e aqueles considerados "normais", para não sobrecarregar os professores e garantir que recebam a atenção necessária e um currículo adaptado às suas necessidades. Em alguns países, como na França, escolas auxiliares são disponibilizadas para apoiar os educadores que lidam com alunos nessas condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola inclusiva não requer exames de admissão, não discrimina com base em fatores econômicos, de origem ou social, não classifica os alunos com base em habilidades intelectuais que incentivam a competição e o individualismo na lista de mérito, sob a justificativa de superação pessoal e obrigação de participação, e não dá destaque nos dias dedicados a homenagens nacionais. Pelo contrário, ela fomenta a colaboração, a aceitação e a assistência mútua, o diálogo horizontal e a equidade no tratamento de todos os alunos, independentemente de gênero, idade ou posição social, religiosa, política ou étnica.
Conclui-se que a promoção de uma escola inclusiva é uma política imprescindível para atender às demandas educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Em todo caso, seria uma jornada a ser empreendida e cujos resultados certamente seriam inspiradores para as comunidades atendidas. Não basta ter uma educação intercultural bilíngue, mas uma educação que atenda às necessidades da população de acordo com as características geográficas da região onde está situada, sua estrutura social e suas capacidades produtivas. É claro que o respeito pela cultura, pela língua e pela singularidade das pessoas é o principal estímulo para a construção de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
LEÃO, S. T. F. L. Breve análise sócio - histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira_Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 3 set. 2024.
ONU, "Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.
ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.
TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Critica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.
UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfaction of Basic Learning Needs , Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.
_____. Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.